

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 13, número 1 (2022)
ISSN: 2177-2886

Artigo

Dos Estudos Curriculares aos Estudos de Gênero: A Constituição de uma Temática de Pesquisa entre Gênero e o Ensino de Geografia

*De los Estudios Curriculares a los Estudios de Género:
La Constitución de un Tema de Investigación entre el
Género y la Enseñanza de la Geografía*

*From Curriculum Studies to Gender Studies: The
Constitution of a Research Theme Relating Gender
and the Teaching of Geography*

Juliana Mendes de Morais

Universidade Federal de Goiás - Brasil
julimendesdemorais@outlook.com

Como citar este artigo:

MORAIS, Juliana Mendes de. Dos Estudos Curriculares aos Estudos de Gênero: A Constituição de uma Temática de Pesquisa entre Gênero e o Ensino de Geografia. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 13, n. 1, p. 223-236, 2022. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Dos Estudos Curriculares aos Estudos de Gênero: A Constituição de uma Temática de Pesquisa entre Gênero e o Ensino de Geografia

De los Estudios Curriculares a los Estudios de Género: La Constitución de un Tema de Investigación entre el Género y la Enseñanza de la Geografía

From Curriculum Studies to Gender Studies: The Constitution of a Research Theme Relating Gender and the Teaching of Geography

Resumo

O presente artigo visa contribuir para as discussões da temática de gênero no ensino de Geografia na Educação Básica. Para tanto, resgata momentos relacionados aos estudos curriculares, realizados entre 2014 e 2016, em uma rede de ensino, como elemento fundamental para o contato com o assunto proposto. Discute ainda a presença das relações de gênero na escola, em diversos aspectos, que justificam a pertinência dos estudos então realizados, culminando em uma aproximação em relação a sua abordagem no ensino de Geografia.

Palavras-Chave: Estudos Curriculares. Gênero. Escola. Ensino de Geografia.

Resumen

Ese artículo tiene como objetivo contribuir con las discusiones sobre el tema de género en la enseñanza de Geografía en la Educación Básica. Así, retoma momentos relacionados con los estudios curriculares, realizados entre 2014 y 2016, en red docente, como elemento fundamental para el contacto con el tema propuesto. También discute la presencia de las relaciones de género en la escuela, en múltiples aspectos, de modo a justificar la pertinencia de los estudios realizados entonces, acercándose hasta la relación con el abordaje de género en la enseñanza de Geografía.

Palabras-Clave: Estudios Curriculares. Género. Escuela. Enseñanza de Geografía.

Abstract

This article aims to contribute to the discussions of gender issues in the teaching of Geography in elementary school. To this end, it analyzes moments related to curriculum studies occurred between 2014 and 2016 in a specific education system as a fundamental element of contact with the theme proposed. It also discusses several aspects of the presence of gender relations in school, which justify the relevance of the studies developed at that time, resulting in an approximation to its approach in the teaching of Geography.

Keywords: Curricular Studies. Gender. School. Teaching Geography.

Considerações Iniciais

Os diferentes caminhos constituídos ao longo da trajetória de cada uma/um contribuem para as mudanças nos modos de ver e de entender a realidade em que se está inserida/o. São estas mudanças que impulsionam a preparação para novos trajetos que serão percorridos, culminando em experiências diversas e significativas que dizem respeito ao ser/estar no mundo.

Neste sentido, o presente artigo traz algumas inquietações e interpelações que surgiram ao longo da minha trajetória pessoal e profissional, fundamentais para a aproximação com a temática atual de pesquisa: as abordagens de gênero e o ensino de Geografia na Educação Básica. Recorro aos argumentos propostos por Portugal (2017), quando apresentou as potencialidades da abordagem (auto)biográfica para a formação docente. Aqui, no caso, refere-se a um processo relacionado ao exercício profissional e à continuidade dos estudos, tão importante para a prática docente, que visa contribuir com novos entendimentos e possibilidades outras de ensino deste componente curricular.

Isto porque, ao longo do presente artigo, em alguns momentos, permito-me adentrar no texto na forma de primeira pessoa, pois se faz pertinente para as elucubrações que apareceram e que serão aqui lembradas, uma vez que são relevantes para a compreensão do novo desafio posto e proposto. Para a autora citada, recorrer a esta abordagem, ainda no processo formativo, acaba por constituir “como dispositivo para a compreensão de si mesmo, da construção da identidade pessoal e profissional” (PORTUGAL, 2017, p. 98) que, de alguma maneira, foram significativas para o processo formativo.

Evidencia-se, aqui, a relevância da formação continuada de professoras/es para a prática docente, ao possibilitar momentos de estudos que contribuiriam no pensar a respeito de outras temáticas no ensino. Isto auxiliou a aproximação com o assunto de gênero, inicialmente vinculado ao contexto educacional mais amplo e geral e, posteriormente, na ciência geográfica. Portanto, ao refletir os entendimentos destacados por Portugal (2017), penso que a abordagem defendida deve ser também estendida para outros momentos e movimentos formativos.

Aliado a isto, o contato com as denominadas Geografias Feministas foi fundamental para o entendimento de questões referentes aos grupos e sujeitas/os até então não visibilizados em pesquisas e/ou análises geográficas, que também estão inseridas/os no processo educacional e nas escolas. Optei, neste caso, por compreender os aspectos apontados por Silva (2009a, 2009c), procurando articulá-los em uma elaboração teórica para o ensino de Geografia, em que os questionamentos acerca das abordagens de gênero contribuam para a compreensão das diferentes e diversas práticas socioespaciais existentes. Ação esta que ainda se encontra em processo de investigação.

Nesta perspectiva, tem-se o entendimento de que a discussão sobre gênero parte de uma luta política, bem como a ocupação de espaços relevantes para a produção de conhecimentos. Isto porque a categoria em questão deve ser compreendida como uma “lente de percepção através da qual, nós ensinamos os significados de macho/fêmea, masculino/feminino” (SCOTT, 2012, p. 332), que está presente nas escolas, nos conteúdos de ensino, nos documentos curriculares oficiais, nos livros didáticos, nas práticas pedagógicas e nos

corpos que ocupam aquele espaço, só para citar alguns dos elementos que compõe a educação.

Assim, o presente artigo se estrutura a partir de três seções: na primeira, discute-se o papel de um momento formativo que apresentou a temática em discussão; na segunda, a relação entre gênero, escola e educação é discutida, a partir de algumas/alguns estudiosas/os do assunto; e, por fim, procura-se apresentar elementos que permitem pensar a abordagem de gênero e o ensino de Geografia. Ressalta-se que são aproximações de um processo ainda em construção e em constante transformação, pretendendo-se constituir enquanto possibilidades outras para auxiliar professoras/es quanto ao tratamento do assunto em sala de aula.

Os Estudos de Currículo e a Aproximação com os Estudos de Gênero: A Constituição de um Interesse para Pesquisa

Em alguns momentos é interessante resgatar alguns eventos experienciados e vivenciados que contribuíram, de alguma maneira, para o amadurecimento e transformação pessoal e profissional. Momentos estes que podem resultar em proposições investigativas sobre diversas temáticas, contribuindo tanto para o processo formativo, quanto para a ciência. No caso aqui em discussão, os caminhos então percorridos auxiliaram em uma busca de compreensão da abordagem de gênero no ensino de Geografia na Educação Básica e, também, um processo de amadurecimento teórico-metodológico, que colabora para a constituição de uma investigação ainda em processo.

Para tanto, recorre-se inicialmente às palavras de Audre Lorde (2019), que são instigantes para os entendimentos que estão sendo elaborados em relação ao tema proposto. Isto porque,

O tipo de luz sobre a qual examinamos nossas vidas influencia diretamente o modo [modo] como vivemos, os resultados que obtemos e as mudanças que esperamos promover através dessas vidas. É nos limites dessa luz que formamos aquelas ideias pelas quais vamos em busca de nossa mágica e a tornamos realidade (LORDE, 2019, p. 45).

Para a autora, esta luz se trata da poesia enquanto linguagem para o registro de uma demanda revolucionária. Para as discussões aqui propostas, a sua inserção objetivou apontar que o “tipo de luz”, ou seja, os estudos realizados e os referenciais adotados, com os quais examinamos a realidade, auxiliam na elaboração de outras ideias e de outros questionamentos. Com isto, espera-se que as novas explicações possam influenciar os resultados e as mudanças, ao promover, principalmente, outra maneira de abordar as relações de gênero no ensino de Geografia nas escolas.

Foi no contato com esta “luz”, desde 2014, que as motivações surgiram para procurar novas formas de compreender e de repensar o ensino deste componente curricular. Para tanto, é necessário considerar os aspectos profissionais, pessoais e acadêmicos, enquanto um entrecruzamento que delinea os caminhos traçados em constante transformação.

Assim, entre os anos de 2014 e 2016 integrei um grupo de trabalho e estudo

que tinha por objetivo reelaborar a proposta político-pedagógica para a rede de ensino em que trabalhava. Pela organização que muitas vezes é imposta aos profissionais que atuam na Educação Básica, a integração neste momento só foi possível a um número limitado de pessoas por turno de trabalho, não sendo possível envolver todas e todos que atuavam nas escolas desta rede, naquele período.

Apesar desta configuração, os estudos então realizados por meio das discussões das teorias de currículo e das propostas curriculares para a Educação Básica, assim como autoras e autores da área, como Arroyo (2013), Silva (2010), Moreira e Candau (2008), com os pares de outras instituições, foram importantes para questionar alguns elementos. Estes questionamentos se referiam tanto a minha prática pedagógica, quanto ao currículo praticado, ao conhecimento considerado relevante a ser ensinado, aos conteúdos propostos e selecionados para o ensino. Foram debates acalorados, em que os posicionamentos, as certezas e os ideais de muitas/os foram confrontados com os referenciais teóricos e com as experiências narradas por cada uma/um, contribuindo para o surgimento de novos entendimentos acerca da escola e do processo de ensino e da aprendizagem.

Foi fundamental a compreensão sobre o currículo e os documentos curriculares que norteiam, ou ao menos deveriam orientar, o processo educacional. O destaque dado ao caráter de não neutralidade no que se refere a seleção de conhecimentos considerados fundamentais para o ensino, bem como dos conteúdos de ensino, auxiliaram no entendimento de alguns acontecimentos ao longo desse processo, principalmente em relação ao gênero e à sexualidade serem abordados em sala de aula.

Estes foram momentos relevantes para o fortalecimento de espaços de discussão e tentativa de consolidar uma agenda que objetivava uma educação pública e emancipadora. Isso possibilitou, também, o estabelecimento de momentos para formação continuada tão necessária para professoras/es, colaborando com sua profissionalização, afirmação da identidade docente, bem como para o prosseguimento de seus estudos.

Os espaços e os lugares ocupados e apropriados para as diferentes ações, tanto do grupo quanto das demais atividades realizadas no período mencionado, podem ser compreendidos com base na concepção proposta por Massey (2008, p. 35) como “o espaço ordinário, o espaço e os lugares através dos quais, na negociação de relações dentro da multiplicidade, o social é construído”. Desta forma, conhecimentos foram elaborados e reelaborados, bem como foram constituídos laços de sociabilidade que impulsionaram diversas reflexões teóricas, espalhando-se para outros lugares, com outros contextos e alcances. Tudo isto culminou nas inquietações para investigar gênero e a Geografia escolar.

Assim, no contato com diferentes leituras e nas trocas com pares de profissão, ao longo do período mencionado, foi notado que questões referentes ao gênero, à sexualidade, à raça e à etnia ainda não eram (ou ainda não são) abordadas no ensino. Ou, se são abordadas, isso ocorre através de ações pontuais de algumas/alguns profissionais que, por algum motivo, compreendem a relevância das temáticas citadas para serem inseridas em sala de aula.

Isto porque ainda é comum ouvir que o trabalho pedagógico, por meio das abordagens citadas acima, poderia reduzir “o foco do conhecimento do universal”, que deveria ser ensinado em sala de aula, aspecto este negado por Arroyo (2013). Para o autor, o “direito de saber de si” não significa necessariamente esta redução, implica, sobretudo

Entender mestres e educandos juntos como a concretude de suas experiências sociais, raciais, de gênero, de trabalho, sobrevivência e sofrimento está determinada pelas relações sociais, sexuais, raciais, políticas, hegemônicas da sociedade (ARROYO, 2013, p. 281).

Ao recordar da minha atuação como professora de Geografia, percebo o quanto do que era posto e proposto para as aulas nem sequer abordava os tensionamentos existentes na relação possível entre as questões gênero, as práticas socioespaciais e os conteúdos de ensino de Geografia. Reconheço, somente agora, que algumas situações que surgiam em diversos contextos seriam perfeitamente possíveis de serem trabalhadas pedagogicamente nas aulas, em articulação com alguns temas e conteúdos.

Talvez uma possível explicação para isto possa ser encontrada nas palavras de hooks (2013, p. 51), ao afirmar que “a maioria de nós frequentamos escolas onde o estilo de ensino refletia a noção de uma única norma de pensamento e experiência, a qual éramos encorajados a crer que fosse universal”. É nesta complexidade entre questionar o que se instituiu enquanto universalidade que pensava não ser possível um trabalho pedagógico abordando as relações de gênero no ensino de Geografia, para além do trabalho com as questões populacionais.

Agora, deve-se ressaltar as contribuições das Geografias Feministas, ao interpelarem o discurso geográfico e as categorias universais que sustentam esta ciência, possibilitando a visibilidade de outros grupos até então ausentes da abordagem geográfica (SILVA, 2003; 2009c; 2014). Os questionamentos oriundos foram fundamentais para se repensar a abordagem de gênero no ensino. É requerido, portanto, assumir a necessidade de reexaminar as lógicas que ainda são notadas, tanto no ensino, quanto nos espaços escolares, ao promover outras abordagens a respeito desta temática, que conversem com a concretude das experiências e das vivências das/dos sujeitas/os inseridas/os no processo educativo.

O Gênero está na Escola: Elementos para Reafirmar a Temática no Campo Educacional

Foi importante apresentar o papel da formação continuada e dos estudos a respeito do currículo, enquanto um momento e um movimento impulsionador para problematizar a educação e o ensino de Geografia. As leituras, os espaços de discussão, os momentos de diálogos foram fundamentais para auxiliar o processo de amadurecimento teórico e do processo investigativo que tomou forma.

Assim, as provocações de Louro (2010, p. 42) se tornam pertinentes quando se enveredam para os estudos de gênero, principalmente no que se refere a “questionar todas as certezas sem que isso signifique a paralisia do

pensamento, mas, ao contrário, se constitua em fonte de energia intelectual e política”. É esta ideia que deve/deveria mover as investigações a respeito desta temática.

Para tanto, destaca-se que há inúmeras reflexões a respeito da relação gênero e escola por meio de diferentes abordagens e aspectos, como as relações sociais estabelecidas, as representações e as práticas cotidianas, a feminização do magistério e a questão curricular (LOURO, 2010, 2014), as produções de sentido que normalizam o gênero no espaço escolar (BENTO, 2011), o estabelecimento de características de feminilidade e masculinidade na organização da escola, os estereótipos e as normas reproduzidas, e a violência de gênero naquele espaço (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016), só para citar alguns tópicos de discussão.

Estas assertivas apontadas informam alguns aspectos que são conhecidos e reafirmados quando confrontados com a dinâmica escolar, que orientaram e orientam as diferentes práticas pedagógicas que ocorrem em seu cotidiano. Quem não se recorda das filas dos meninos e das meninas, nos pátios escolares, antes do início das aulas? Das quadras e do futebol, destinados quase exclusivamente aos meninos, enquanto para as meninas outros espaços com brincadeiras consideradas menos “violentas” e agressivas? Ou das atribuições de meninas comportadas e de meninos bagunceiros? São cenas e adjetivações que vêm à mente de qualquer uma/um que já teve contato com a escola.

Neste sentido, é importante recorrer aos argumentos de Silva (2009b, p. 137), quando afirma que a escola, por integrar a “realidade socioespacial da cidade” em que está inserida, “compõe relações e é por elas simultaneamente instituído”, reproduzindo, por isso, as relações de gênero. Ainda considerando este aspecto, Facco (2011, p. 19) indica que ela, por ser a representação de um microuniverso social, reproduz todas as relações sociais, inclusive as práticas de discriminação que atingem aquelas/es que estão fora da norma. A questão que fica para professoras/es, gestoras/es, funcionárias/os administrativos e comunidade escolar é sobre como agir e como encaminhar situações de ensino que não se traduzem em discriminações e preconceitos diversos que podem ser reproduzidos naquele lugar.

Ao ler, e até mesmo lembrar diversas situações no espaço escolar, compreende-se o quão fecundo é considerar as proposições de Massey (2008, p. 175-176), relacionadas ao espaço e ao lugar, que “emergem através de práticas materiais ativas”, associando-as “à coleção de histórias entrelaçadas das quais aquele lugar é feito”. Ao atentar para a complexidade da escola e das/dos sujeitas/os nela inseridas/os, em suas diferentes dimensões e interconexões, compreendemos que as relações desiguais de gênero são ensinadas e aprendidas em conexões com outros lugares e que deveriam, ao menos, ser questionadas.

Aliado a este aspecto, devemos pensar e questionar também o currículo e os conteúdos selecionados para o ensino. Louro (2010, p. 43-44) afirma que os currículos e as práticas escolares são sustentados por uma “noção singular de gênero e sexualidade [...] haveria apenas um modo adequado, legítimo, normal de masculinidade e de feminilidade e uma forma sadia e normal de sexualidade, a heterossexualidade [...]”. Argumenta ainda que a escola e o

currículo apresentam uma “posição central” que se alia às “noções de universalidade, de unidade e de estabilidade” (LOURO, 2010, p. 44) para organizar toda a prática pedagógica. São estas ações e padronizações que estão presentes nos currículos, e até mesmo em materiais didáticos utilizados.

Contudo, é relevante apontar que, ao longo de aproximadamente 25 anos, foram elaborados e implementados alguns projetos que procuraram nortear a temática gênero e sexualidade nas escolas¹. Porém, ainda há muito a ser feito, principalmente considerando os atuais embates políticos em relação ao gênero e à sexualidade na escola, que criaram um policiamento e uma insegurança quanto à abordagem destas temáticas em sala de aula.

É relevante, ainda, problematizar alguns aspectos ainda comuns nas escolas, quando

[...] reservam alguns momentos para “contemplar” esses sujeitos e suas culturas [mulher, negro, índio], enquanto professoras e professores bem-intencionados se esforçam para listar as “contribuições” desses grupos para o país – sua parcela na formação da música ou da dança, sua colaboração nas atividades econômicas ou nas artes etc (LOURO, 2010, p. 45).

Ao ler esta citação, relembro de determinada resistência minha, ao não realizar atividades propostas como as citadas acima, pois não via sentido em reservar uma semana somente para abordar a questão da mulher, dos grupos indígenas e outros em sala de aula, sem conexão com os demais conteúdos do componente curricular de Geografia. Faltava algo a mais para compreender que isto contribuía para a manutenção de uma normalidade curricular, apontada por Louro (2010), que não questionava os elementos que faziam com que as relações de gênero sequer estivessem interligadas no *corpus* do conhecimento geográfico, para ser discutido e ensinado. Não havia, portanto, maiores indagações, e nem um debate quanto ao sentido daquelas ações, bem como de suas contribuições para a educação.

Mediante o que foi apresentado, é possível identificar que ainda há um longo caminho no sentido de questionar, repensar e produzir outros currículos, outras experiências e outras práticas pedagógicas. Contudo, para que isto seja algo palpável e materializado em sala de aula, é necessário elaborar reflexões teórico-metodológicas que auxiliem professoras/es a pensar os pontos aqui indicados, reverberando, inclusive, no ensino de Geografia. Para isto, é fundamental estabelecer um diálogo entre o ensino deste componente curricular e outra abordagem de gênero possível, que consiga estabelecer uma ampliação, para além do que está proposto.

A Abordagem de Gênero no Ensino de Geografia: Como Pensar esta Relação?

Após pensar a respeito do que foi apontado nas seções anteriores, é preciso, agora, tecer argumentações quanto à relevância de se abordar gênero no ensino de Geografia nas escolas. Ao argumentar favoravelmente a isto, considera-se

1 Aqui se citam os Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais Orientação Sexual (BRASIL, 1998) e o Programa Brasil sem Homofobia como exemplos.

que, sem esta abordagem, não haveria uma construção de conhecimentos sobre a relação entre gênero e a Geografia, e não se contribuiria para o que Arroyo (2013, p. 279) propõe “do saber de si como direito ao conhecimento”. Contudo, aqui se tem a compreensão de que, para ampliar o que está posto, é necessário o empreendimento de estudos e reflexões teóricas e metodológicas para auxiliar as/os professoras/es que estão atuando na Educação Básica.

Assim, é relevante ter o entendimento da importância do ensino deste componente nas escolas, uma vez que a Geografia pode possibilitar conhecimentos fundamentais para a compreensão das/dos diferentes sujeitas/os em suas espacialidades. Recorre-se, neste sentido, ao encaminhamento proposto por Cavalcanti (2012, 2019), no que se refere a inserção deste componente curricular para o desenvolvimento de “pensar geograficamente” a realidade em que as/os estudantes estão inseridas/os.

Ao ponderar as questões sobre “o que ensinar?”, “como ensinar?” e “por que ensinar?”, considera-se que o gênero, ao ser abordado em sua dimensão espacial, poderá contribuir para que todas/os envolvidas/os no processo entendam que as diversas relações estabelecidas com o espaço e com os lugares são permeadas por relações generificadas. Deste modo, quando não consideramos a relevância destes aspectos a serem tratados didaticamente, em sala de aula, significa que negamos a existência daqueles em sua existência no mundo, bem como de suas práticas socioespaciais cotidianas. Isto porque, tanto Silva (2003), quanto Machado (2016), entre outras/os estudiosas/os do assunto, afirmam que as espacialidades de mulheres, homens, travestis, transexuais e outras identidades possíveis se situam diferentemente no mundo e, portanto, as relações que estabelecem com os lugares serão também diferentes.

Este aspecto se articula com Cavalcanti (2017, p. 163), ao apontar a importância de se conhecer as espacialidades dos jovens escolares na cidade, em sua relação com a aprendizagem geográfica. Isto porque o ensino que cogita este ponto como elemento norteador possibilitará uma interferência na experiência e nos deslocamentos cotidianos realizados por elas/eles, assim como “[n]o contexto familiar e social, mas também suas aprendizagens, seus conceitos, as referências espaciais aprendidas”.

Ao ter este entendimento, e ao pensar em um ensino que consiga abordar outros pontos a respeito do gênero, é necessário trazer a concepção de espaço e de lugar, proposta por Massey (2008, p. 190):

Se o espaço é, sem dúvida, uma simultaneidade de histórias-até-então, lugares são, portanto, coleções dessas histórias, articulações dentro das mais amplas geometrias do poder do espaço. Seu caráter será um produto dessas interseções, dentro desse cenário mais amplo, e aquilo que delas é feito. Mas também dos não-encontros, das desconexões, das relações não estabelecidas, das exclusões.

Estes pontos, ao serem considerados quanto às relações estabelecidas e às exclusões referentes ao gênero, podem se constituir como um caminho para proposições e encaminhamentos didáticos que, aliado aos entendimentos oriundos de Cavalcanti (2012, 2017 e 2019), seja possível pensar a sua inserção no ensino de Geografia.

Silva (2014) também apontou duas proposições pedagógicas para uma abordagem do gênero no ensino. Uma proposição se refere a uma exploração crítica dos livros didáticos utilizados pelas/os professoras/es em sala de aula. A outra se refere à exploração das espacialidades dissidentes por meio dos Mapas de Relevância das Experiências Espaciais, propostos pela geógrafa Maria Rodó-de-Zárate.

Assim, destaca-se que a temática proposta deve também passar pela análise de documentos curriculares e de livros didáticos adotados, uma vez que apontam os conhecimentos e os conteúdos de ensino que são selecionados e que são considerados imprescindíveis para os/as estudantes. Ao se tratar das políticas públicas implementadas, principalmente em relação aos documentos curriculares oficiais, ressaltam-se as discussões propostas por Azevedo (2019), que investigou as ausências dos marcadores de raça e de gênero na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Neste sentido, é relevante apontar que o currículo incorpora, além de discussões referentes aos conhecimentos escolares fundamentais para o trabalho em sala de aula, os “valores que desejamos inculcar e sobre as identidades que pretendemos construir” (MOREIRA; CANDAU, 2008, p. 18). Ao ter a consciência de que algumas discussões foram alijadas do documento final, é fundamental pensar qual a sociedade que se pretende construir, quando se analisam os documentos curriculares.

Ressalta-se que tudo isto está intimamente relacionado com a Geografia Escolar. Esta, que pode ser compreendida englobando o currículo e os conteúdos, as metodologias ou as estratégias de ensino, as práticas pedagógicas de professoras/es, os recursos e os materiais didáticos que são utilizados, assim “como um campo de observações, interações e intervenções entre corpos discente, docente e técnico” (RATTS, 2016, p. 116). Portanto, a partir da percepção destes elementos e, ao depender do entendimento que se tem dos documentos oficiais e dos materiais didáticos utilizados, há uma necessidade de problematizar a abordagem de gênero evidenciada. É neste sentido que os tensionamentos a respeito da temática no ensino de Geografia podem ser fecundos, pois, dependendo da condução de questionamentos em sala de aula, poderão auxiliar no entendimento de que as experiências espaciais de cada uma/um depende de seus marcadores sociais (SILVA, 2014).

Configura-se enquanto uma tentativa de romper com o que comumente permanece no tratamento didático de alguns conteúdos de ensino ao abordar gênero, por exemplo, ao deixá-lo restrito somente aos estudos populacionais ou às questões de trabalho, conforme ainda percebemos nos livros didáticos em circulação. Aqui, ter a compreensão das conclusões de Tonini (2002), ao pesquisar as identidades de gênero nos livros didáticos de Geografia, pode ser um caminho importante para ampliar as formas de tratamento em sala de aula.

A proposição de investigações sobre gênero na escola é uma ação política de ocupar os espaços, afirmando os marcadores sociais das diferenças como potencialidades de produção de conhecimentos que ainda estão à margem do que é considerado relevante a ser ensinado. É não assumir os ideais de uma educação “neutra”, uma vez que esta contribui para “negar a política do racismo, do sexismo, do heterossexismo etc. que determina o que ensinamos e como ensinamos” (hooks, 2013, p. 53). O destaque dado a este aspecto é

fundamental para que ocorram mais discussões a este respeito.

Isto porque, ao considerar a diversidade sexual e de gênero, concordamos com as palavras de Escouto e Tonini (2017, p. 46), ao afirmarem que elas “não passam longe dos espaços escolares, pelo contrário, elas estão lá”. Mesmo que não se perceba e não se note, a temática está corporificada nas salas de aulas, materializada em diferentes espaços e lugares, mencionada e apontada nos livros e materiais didáticos. Portanto, é um desafio posto para que as pesquisas em Geografia, na linha de ensino e de aprendizagem, consigam contribuir para a realização de um passo a mais, de modo que a temática ganhe consistência teórica-metodológica para adentrar as salas de aula.

Considerações Finais

A escolha, consciente, de trazer para a discussão elementos experienciados e vivenciados que contribuíram para a conformação de uma temática de pesquisa se deu para reafirmar a articulação entre pessoal, profissional e acadêmico, que nos constitui. Para tanto, a proposição de Portugal (2017) foi fundamental neste sentido, uma vez que autorizou, enquanto referencial teórico, o resgate de momentos relevantes de minha atuação profissional que culminaram no estabelecimento de uma trajetória de pesquisa, ainda em desenvolvimento.

A discussão das relações de gênero na ciência geográfica ainda representa um desafio posto a pesquisadoras/es de todo o país, que ousam investigar esta temática. Neste sentido, romper barreiras é também seguir com pesquisas que apontem a categoria gênero como fundamental para a compreensão das espacialidades de diferentes sujeitas/os inseridas/os no mundo. É ter consciência também dos entraves e embates que porventura surgirão.

Trazer autoras/es que discutem, de alguma forma, gênero dentro da escola, favorece o entendimento de que o assunto não é tão estranho à ciência geográfica. Para tanto, a contribuição de Massey (2008) acerca da proposição alternativa de se pensar o espaço e, conseqüentemente, o lugar, é fundamental para movimentar a Geografia, no sentido da compreensão das espacialidades das/dos sujeitas/os ausentes nas análises e nos estudos geográficos.

Alguns entendimentos ainda precisam ser esclarecidos, reafirmados e confrontados com as elaborações teóricas existentes, para que novas possibilidades possam surgir. É neste limite que o desenvolvimento de uma pesquisa voltada para as abordagens de gênero no ensino de Geografia está se movendo. Para que seja possível produzir novas apreensões quanto à abordagem de gênero, diferente do que é proposto, principalmente, nos livros didáticos e nos currículos oficiais.

Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel G. **Currículo, Território em Disputa**. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

AZEVEDO, Luyanne Catarina Lourenço. **A Invizibilização dos Marcadores Sociais Gênero e Raça na Geografia da Base Nacional Comum Curricular**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Universidade

Federal Fluminense, Instituto de Geociências, Niterói, 2019.

BENTO, Berenice. Na Escola se Aprende que a Diferença faz a Diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 19(2), 336, maio-ago, 2011. p. 549-559.

BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais Orientação Sexual**. 1998.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O Ensino de Geografia na Escola**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Espaços da Cidade e Jovens Escolares**: por que é tão importante conhecer a espacialidade desses sujeitos da aprendizagem geográfica? In:

PORTUGAL, Jussara Fraga (Org). **Educação Geográfica**: temas contemporâneos. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 147-168.

PORTUGAL, Jussara Fraga. **Pensar pela Geografia**: ensino e relevância social. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019.

ESCOUTO, Cláudia Maliszewski; TONINI, Ivaine Maria. Escola, Geografia e Homofobia: o que uma coisa tem a ver com a outra. In: PORTUGAL, Jussara Fraga (Org). **Educação Geográfica**: temas contemporâneos. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 45-59.

FACCO, Lúcia, A Escola como Questionadora de um Currículo Homofóbico. In: SILVA, Joseli Maria e SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da. (Orgs). **Espaço, Gênero e Poder**: conectando fronteiras. Ponta Grossa, Todapalavra, 2011. p. 19-29.

hooks, bell. **Ensinando a Transgredir**: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não Desiguais**: a questão de gênero na escola. 1. Ed. São Paulo: Reviravolta, 2016.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**: ensaios e conferências. Tradução: Stephanie Borges. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, Gênero e Sexualidade – O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs). **Corpo, Gênero e Sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 41-52.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva

pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MACHADO, Talita Cabral. **A Cidade das Mulheres Feministas: uma cartografia de Goiânia em perspectiva interseccional e da diferença**. Tese [Doutorado], Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, Programa de Pós Graduação em Geografia, Goiânia, 2016.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Indagações sobre Currículo**: Currículo, Conhecimento e Cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

PORTUGAL, Jussara Freire. Pesquisa Narrativa na Formação de Professores de Geografia: memórias que contam história. In: ALVES, Adriana Olivia e KHAOULE, Anna Maria Kavacs (Orgs). **A Geografia no Cenário das Políticas Públicas Educacionais**. Goiânia, C&A Alfa & Comunicação, 2017. p. 73-105.

RATTS, Alex. Corporeidade e Diferença na Geografia Escolar: uma abordagem interseccional de raça, etnia, gênero e sexualidade no espaço educacional. In: **Terra Livre**, n. 46 (1), p. 114-141, 2016.

RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria. Relief Maps: developing Geographies of Intersectionality. **Gender, Place and Culture**, v. 21, n. 8, p.1-32, 2013.

SCOTT, Joan. Os Usos e Abusos do Gênero. Tradução Ana Carolina E. C. Soares. In: **Projeto História**, São Paulo, nº 45, Dez, 2012. p. 327-351.

SILVA, Joseli Maria. Um Ensaio sobre as Potencialidades do uso do Conceito de Gênero na Análise Geográfica. **Revista de História Regional** 8(1): Verão, 2003. p. 31-45.

SILVA, Joseli Maria. Ausências e Silêncios do Discurso Geográfico Brasileiro. In: SILVA, Joseli Maria (Org) **Geografias Subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa, PR: TODAPALAVRA, 2009a. p. 55-91.

SILVA, Joseli Maria. A Cidade dos Corpos Transgressores da Heteronormatividade. In: SILVA, Joseli Maria. **Geografias Subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa, PR: TODAPALAVRA, 2009b. p. 135-149.

SILVA, Joseli Maria. Geografias Feministas, Sexualidades e Corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In: SILVA, Joseli Maria. **Geografias Subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa, PR: TODAPALAVRA, 2009c. p. 93-113.

**Dos Estudos Curriculares aos Estudos de Gênero: A Constituição de uma
Temática de Pesquisa entre Gênero e o Ensino de Geografia**

SILVA, Joseli Maria. Gênero e Espaço: esse é um tema de Geografia? *In*: AZEVEDO, Daniel Abreu de; MORAIS, Marcelo Alonso (Orgs). **Ensino de Geografia**: novos temas para a Geografia escolar. 1. Ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 97-125.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

TONINI, Ivaine Maria. **Identidades Capturadas: gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros didáticos de Geografia**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

Recebido em 23 de dezembro de 2020.
Aceito em 09 de maio de 2022.

Juliana Mendes de Morais

